

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.116.802 - SP (2017/0135690-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS STURZENEGGER - SP029258
DANIEL PEZZUTTI RIBEIRO TEIXEIRA - SP162004
FÁBIO LIMA QUINTAS - DF017721
MARCOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - SP244461A
NATHALIA VIGATO AMADO CAVALCANTE DE OLIVEIRA - SP324458
AGRAVADO : JOSE ROQUE PEROSSI
AGRAVADO : MARIA CLEIDE PEROSSI
ADVOGADOS : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO - SP183397
FERNANDO MACEDO NETTO - SP234388
LEONARDO SCUDELER NEGRATO - SP221412
INTERES. : ISAURA MARIA MARTINS MARQUES
INTERES. : FRANCISCO DIONIZ LOPES MARQUES

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

agravo de instrumento ação de consignação de pagamento - incidência de expurgos inflacionários - execução provisória dever de restituir aos agravados as quantias sonegadas e critérios de cálculo da correção monetária e dos juros remuneratórios já preclusos impossibilidade de rediscussão matéria que somente pode ser modificada, pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, nos autos de agravo interposto contra a denegação de recurso especial pretendida majoração dos honorários advocatícios que fica prejudicada - agravo não conhecido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

No recurso especial, a parte agravante alega violação dos artigos 219, 467, 474, 475-G e 535 do Código de Processo Civil de 1973; dos artigos 58, 59 e 60 do Código Civil de 1916; do artigo 406 do Código Civil de 2002; do artigo 161 do Código Tributário Nacional; do artigo 84 da Lei 8.981/1995; e do artigo 13 da Lei 9.065/1995. Reclama de negativa de prestação jurisdicional. Contesta a obrigação de pagar diferenças de correção monetária decorrentes de expurgos inflacionários originados da

Superior Tribunal de Justiça

implementação de planos econômicos, relativamente a valores mantidos em conta de depósito judicial, notadamente quando os depósitos foram efetuados na segunda quinzena do mês. Explica que os juros remuneratórios devem ser calculados até a data do levantamento do depósito. Sustenta que os juros de mora são incabíveis e que, se devidos, devem ser computados com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

De início, observo que no agravo de instrumento interposto perante a Corte de origem a parte agravante argumentou que os juros de mora devem ser contados à taxa Selic. Esse argumento, apesar de reiterado nos embargos de declaração, não foi examinado pela Corte estadual, o que caracteriza ofensa ao artigo 535 do CPC de 1973.

Essa situação já recomendaria, só por si, o provimento do recurso especial para que o Tribunal de origem promovesse a análise do argumento a respeito do qual houve omissão.

Não obstante, tendo em vista que a respeito dos juros de mora - ponto sobre o qual deixou de se pronunciar o Tribunal de origem - proferi decisão singular e simultânea à presente (Agravado em Recurso Especial 748.616/SP), no sentido de excluir da execução em andamento a cobrança dessa parcela, perde sentido, por razões óbvias, determinar o suprimimento da omissão referida.

Por esses motivos, deixo de declarar a violação do artigo 535 do CPC de 1973.

Avançando, verifico que o Tribunal de origem, "tendo em vista a manifesta preclusão das matérias", entendeu não ser possível renovar a discussão sobre os juros remuneratórios (incluindo-se a definição do termo final de incidência) e a respeito do dever de pagar os expurgos inflacionários (notadamente a delimitação dos índices de correção monetária).

Nesse aspecto (preclusão), o recurso especial esbarra na incidência da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -
AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM -
DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO
RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS AGRAVANTES.

Superior Tribunal de Justiça

1. A matéria referente ao artigo 805 do CPC/15 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, tampouco foram opostos embargos de declaração, não se configurando o necessário prequestionamento. Incidência da Súmula 282/STF.

2. Na hipótese, o Tribunal de origem, com base nos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu que o novo pedido de substituição da penhora estava precluso. Alterar tal conclusão demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1479286/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/09/2019, DJe 26/09/2019)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora